

Apontamentos sobre relações de gênero na análise do design de interiores domésticos

Claudia Regina Hasegawa Zacar (UFPR)¹

*Tânia Regina Zimmermann (UEMS)^{**}*

1

Resumo

Nesse artigo propomos alguns apontamentos sobre a análise do design de interiores a partir da perspectiva de gênero. As questões de estilo, configuração e arranjo de artefatos no espaço doméstico podem fornecer as configurações sobre os modos de vida de homens e mulheres construídos pela diferença e oposição. Os estudos específicos da cultura material sob a categoria de gênero são fundamentais para o entendimento dos binarismos e naturalizações nas relações entre mulheres e homens, bem como da construção do “masculino” e “feminino” na organização de artefatos, sobretudo em ambientes domésticos.

Palavras-chave: relações de gênero, cultura material, feminino, masculino, design de interiores

Notes on gender relations in the analysis of interior design domestic

Abstract:

In this paper we propose some notes on the interior design of the analysis from a gender perspective. The questions of style, setting and artifacts arrangement in the home can provide the settings on the livelihoods of men and women built for difference and opposition. Specific studies of material culture under the category of gender are central to the understanding of the binaries and naturalisms in relations between women and men, as well as the construction of the "masculine" and "feminine" the artifacts organization, especially in homes.

¹ Claudia Zacar é doutoranda em Design pela Universidade Federal do Paraná.

^{**} Tania Regina Zimmermann é pós-doutora em História pela Universidade Federal do Paraná.

Keywords: gender relations, material culture, female, male, interior design

O uso do gênero como categoria de análise em pesquisas sobre o design de interiores domésticos também revela um universo de construções binárias entre o feminino e masculino reproduzindo oposições produtoras de desigualdades entre mulheres e homens. Para tanto, iniciamos traçando uma breve contextualização acerca das categorias que têm sido utilizadas nos estudos feministas (tais como “mulher” e “mulheres”). Na sequência, procuramos articular essas categorias com pesquisas com base nas teorias de cultura material mais especificamente sobre os interiores domésticos. Essas teorias se debruçam sobre o mundo material, aquele constituído pelos objetos produzidos pelos seres humanos, com os quais e por meio dos quais as pessoas vivem sua existência cotidiana (ATTFIELD, 2000). Buscam, portanto, ampliar a visão de que objetos são signos e símbolos que nos representam, ao argumentar que os artefatos de fato nos criam, constituem nossas identidades e subjetividades, incluindo as relações de gênero. Dessa forma, a abordagem da cultura material questiona a oposição entre sujeito e objeto, entendendo que a melhor maneira de compreender a humanidade é “dar atenção à nossa materialidade fundamental” (MILLER, 2013, p.10). Por fim, procuramos apresentar algumas vantagens, desafios e possibilidades de desdobramentos decorrentes dessa escolha teórica e metodológica.

De acordo com Joana Maria Pedro (2005), é possível organizar o feminismo em fases distintas, ao longo do tempo. Segundo a autora, a “primeira onda” do feminismo ocorreu no final do século XIX, e centrou-se na luta por direitos políticos (como o de participar das eleições), sociais e econômicos (como os de trabalho remunerado, estudo e herança). Já o feminismo de “segunda onda”, que teve início após a Segunda Guerra Mundial, priorizou as reivindicações pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado.

A categoria majoritariamente utilizada nesses primórdios dos movimentos feministas foi “mulher”, instituída em contraposição ao termo “homem”, tido então como sujeito universal (PEDRO, 2005). Em relação a esse aspecto, Rago (1998) argumenta que a ciência ocidental tem privilegiado, de maneira geral, esse conceito

universal de sujeito que, além de “homem”, é branco e heterossexual. Esse padrão exclui, portanto, aqueles e aquelas que a ele não se adéquam.

Ao criticar essa exclusão, por meio do uso da categoria “mulher”, as feministas acabaram, porém, por cair no mesmo erro. Como indica Sandra Harding (1993), as análises que tomam como sujeito ou objeto uma “mulher” universal, igualmente branca, ocidental, burguesa e heterossexual, excluem as experiências de todas as mulheres que não cabem nessa referência.

A categoria “mulher” foi se mostrando, portanto, insuficiente para dar conta de explicar a diversidade de mulheres e suas diferentes vivências - mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, etc. Com isso, as mulheres que não se sentiam representadas por essa categoria passaram a reivindicar uma “diferença dentro da diferença”. Assim, passou-se a utilizar a categoria “mulheres”, considerada mais abrangente (PEDRO, 2005).

A partir dos anos 1980, em confluência com o pensamento pós-moderno e, mais especificamente, pós-estruturalista², as feministas passaram a usar o termo “gênero”, na tentativa de desnaturalizar os comportamentos de homens e mulheres, entendidos como culturalmente instituídos, e não decorrentes da biologia (PEDRO, 2005).

Segundo Linda Nicholson (2000), o termo “gênero” tem sido usado nos estudos feministas de duas maneiras: em oposição a “sexo”, para diferenciar o que é socialmente construído (gênero) do que é biologicamente determinado (sexo); e como constructo social relacionado à distinção feminino/masculino, incluindo a questão da classificação e separação dos corpos.

Para Nicholson (2000), o primeiro uso de gênero, tomado como oposição ao sexo, é fruto da “junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano” (NICHOLSON, 2000, p.6).

Da questão material da identidade deriva a noção de distinção entre masculino e feminino com base na diferença sexual, biológica. Nicholson (2000) relata que essa noção remonta do período entre os séculos XVII e XIX, em que ganhou ênfase uma “metafísica materialista”, que buscava compreender a natureza dos fenômenos com base

² Diz respeito a uma corrente do Pensamento Crítico voltada a desconstrução das bases da metafísica ocidental, questionando e procurando dissolver as oposições binárias (mente/corpo, razão/emoção, feminino/masculino, etc.), evidenciando serem essas socialmente construídas. Nessa perspectiva, os significados são entendidos como processos contínuos, e a linguagem é tomada como um campo aberto de significados possíveis (SALIH, 2013).

nas especificidades das configurações da matéria. Com isso, a natureza dos seres humanos passou a ser cada vez mais associada aos aspectos físicos do corpo.

A autora ressalta que a metafísica materialista não foi a responsável pela criação da distinção masculino/feminino, que já era anterior a ela. Porém, essa abordagem procurou explicar essa distinção, transformando o sentido das características físicas, “que de sinal ou marca da distinção masculino/feminino passaram a ser sua causa, aquilo que lhes dá origem” (NICHOLSON, 2000, p.14).

Com isso, uma diferenciação altamente binária entre masculino e feminino foi se instituindo e o corpo, como representante da natureza, passou a ser fonte de explicação para toda a distinção percebida entre homens e mulheres. Segundo Nicholson (2000), daí decorre uma noção “bissexuada” do corpo, bem como a ideia de uma identidade sexual que “corresponda” ao corpo.

Para desestabilizar essa relação naturalizada, aparentemente imutável, as feministas procuraram explorar a ideia de construção social do caráter humano, no final dos anos 1960. O gênero, então relacionado às diferenças construídas em relação à personalidade e ao comportamento de homens e mulheres, passou a ser usado em oposição às pretensões de abrangência do sexo (NICHOLSON, 2000).

Com isso, o biológico passou a ser assumido como uma base dada, sobre a qual se constituem os significados culturais. Nesses discursos, portanto, ao mesmo tempo em que a influência do biológico é questionada, ela é também invocada. Nicholson (2000) caracteriza essa abordagem como “fundacionismo biológico”, pois, apesar de superar o determinismo biológico ao incluir aspectos sociais, acaba por considerar a existência de uma base comum às várias culturas.

Retomando a segunda definição indicada por Nicholson (2000), gênero também tem sido entendido como um conjunto de constructos sociais que estabelecem significados para diferenças corporais. Neste ponto, torna-se relevante traçar algumas relações entre essa acepção e o pensamento pós-estruturalista.

Conforme argumenta Margareth Rago (1998), em muitos pontos, a crítica feminista se alinha às ideias dos “filósofos da diferença”, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard e Jacques Derrida. Esses intelectuais trabalharam no sentido de “revelar o processo artificial de construção das unidades conceituais” (RAGO, 1998, p. 26) tidas como “naturais” (como identidade e sexo), dando ênfase ao seu caráter discursivo.

Dessa forma, a perspectiva pós-estruturalista dá relevo à questão do discurso, uma vez que se entende que as práticas discursivas são as responsáveis por fundar e legitimar a diferença sexual que se inscreve nas práticas sociais (RAGO, 1998). Para Joan Scott “O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta.” (GROSSI, HEILBORN, 1998, p. 115). Isto quer nos dizer o que? O discurso é um instrumento de orientação do mundo, ou seja, quase tudo que vivemos é permeado pela linguagem, ou seja, as palavras assim como os atos e artefatos também querem nos dizer alguma coisa conforme a imagem abaixo:



Imagem1: <http://estudiocc.com.br/projetos/quarto-do-menino/>

Os artefatos acima são generificados e constituídos por meio da produção de significados. Na imagem acima apresenta-se um quarto de menino cujos elementos que compõe o design de interiores se relacionam com demonstração de força e virilidade parecendo forçar uma correlação como o que é naturalizado como masculino. Destarte, as relações de gênero estão permeadas por esta noção de discurso. Assim, diferentes pesquisadoras e pesquisadores vêm trabalhando no sentido de desnaturalizar o binômio sexo/gênero. Sob esse ponto de vista, entende-se que o corpo é sempre percebido por meio da interpretação social e, dessa forma, o sexo não pode ser considerado como um dado independente ou causador do gênero.

O historiador Thomas Laqueur, por exemplo, foi responsável pela inversão dessa relação (gênero entendido como manifestação do sexo), afirmando que é o gênero que

constitui o sexo. Ele percorre a história da medicina para demonstrar que a diferença entre os sexos é uma criação que remonta ao século XVIII (PEDRO, 2005).

A filósofa Judith Butler (2013), por sua vez, entende que o gênero se caracteriza como um conjunto práticas discursivas e reguladoras, que são historicamente construídas com base na diferenciação entre os sexos³. Essas práticas atuam de forma performativa, por meio de constantes citações⁴ a partir das quais se constituem as noções de gênero. Como argumenta Butler (2013a):

[...] a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. [...] As normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLERa, 2013, p. 154).

A autora declara, portanto, que os corpos sexuados são constituídos no ato da descrição. Assim, quando mesmo antes do nascimento a criança é nomeada como “menina” ou “menino”, atribui-se àquele corpo um sexo e um gênero, que não existem antes ou fora do discurso. A partir desta interpelação, inicia-se o processo de “tornar-se menina” ou “tornar-se menino”, processo este baseado em diferenças culturalmente constituídas entre homens e mulheres (SALIH, 2013). O discurso centrado nessas diferenças vai sendo reforçado ou contestado, ao longo da vida, por diferentes instituições e autoridades (BUTLER, 2013a), tais como família, escola, igreja, instituições legais e médicas (LOURO, 2008) bem como pela constituição de artefatos nos interiores domésticos.

A historiadora Joan Scott salienta a importância de se buscar compreender os contextos políticos nos quais os significados da diferença sexual são estabelecidos e/ou contestados. Sua definição de gênero é composta de duas partes inter-relacionadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Destarte, um quarto rosa ou azul para a

³Butler (2013b, p. 25) questiona o caráter pré-discursivo do sexo, indicando que: “[...] talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.

⁴“Citar” remete a trazer à mente, mencionar, referir-se a. Segundo Sara Salih (2013), Butler utiliza o conceito de “citação” de Derrida “para descrever as formas pelas quais normas ontológicas são empregadas no discurso, algumas vezes de modo forçado, outras não” (SALIH, 2013, p. 127).

criança no ambiente doméstico demonstra essa relação de poder entre os gêneros conforme as imagens abaixo:



Imagem 2: <http://euacheiprimeiro.com/wp-content/uploads/2012/08/Desing-de-interiores-meninas.jpg>



Imagem 3: <http://www.robetaribeirointeriores.com.br/design-interiores-apto-batel/>

A organização dos artefatos nas imagens acima pressupõe a naturalização dos gêneros e dos sexos em ambientes domésticos. Estas imagens circulam pela internet e a página euacheiprimeiro.com é um site que compartilha seu IP com outros 110 domínios e é mantida pela empresa MAINT-AS36351 dos Estados Unidos. Já a terceira imagem

está na página da designer de interiores Roberta Ribeiro que possui formação em Design de Interiores pelo Cepdap e Instituto Marangoni em Milão Itália . A profissional desenvolve e administra projetos comerciais e residenciais com participações em ambientes de mostras como a Casa Cor Paraná, um dos eventos mais importantes de decoração na América Latina. Ambas as imagens constroem via os artefatos decorativos os ambientes diferenciados na perspectiva de gênero. Assim, o quarto de uma menina contém a cor rosa decorado com corações para indicar docilidade, afetividade mais desenvolvida e sensibilidade, ou seja, o domínio das emoções indicando uma essência ou uma forma singular de viver a condição feminina. O quarto do menino reforça através dos pequenos carros de velocidade atributos da masculinidade relacionados a virilidade e força, ou seja, como ativo.

Estes artefatos contribuem para manter as hierarquias entre os gêneros. Scott enfatiza o caráter “não natural” da diferença sexual, e propõe uma análise sobre a construção, legitimação, contestação e manutenção das hierarquias de gênero (PEDRO, 2005).

Em síntese, a partir das teorias que se aproximam do pós-estruturalismo, “o sexo deixa de ser pensado como o significante sobre o qual se constrói o significado” (PEDRO, 2005, p. 92). Além disso, esses trabalhos questionam a suposta neutralidade da materialidade do sexo. Procuram, assim, evidenciar a maneira como as relações de gênero instituem o sexo e como atuam em um regime de heterossexualidade obrigatória (PEDRO, 2005).

Procuramos até agora brevemente contextualizar categorias que têm sido usadas para reivindicar os direitos das mulheres e problematizar as relações sociais. Gostaríamos de salientar, seguindo Pedro (2005), que essas categorias (“mulher”, “mulheres”, “gênero”) não foram desenvolvidas em uma escala evolutiva, em direção a uma categoria “mais correta”. O uso dos três termos permanece vigente, e cada um teve (e tem) contribuições teóricas e políticas relevantes para os estudos feministas.

A categoria “mulher”, apesar de generalista e excludente, ao se opor ao sujeito universal “homem”, contribui no sentido de revelar padrões sociais e combater o sexismo. A categoria “mulheres” procurar abarcar a grande diversidade de formas de ser “mulher”, incluindo intersecções com outras categorias, tais como sexualidade, raça/etnia, classe e geração. Por outro lado, não dá conta de explicar a complexidade das relações entre homens e mulheres.

A categoria gênero, enquanto relacional, enfatiza o caráter construído das diferenças sexuais, afastando-se do determinismo biológico (RAGO, 1998). Além disso, seu uso permite não apenas a análise das relações entre homens e mulheres, mas também das relações entre homens e entre mulheres (PEDRO, 2005). Ao mesmo tempo, é preciso atenção para que o uso dessa categoria não leve a um extremo relativismo, ou mesmo à alienação, sob o risco de perdermos a força política de nossas discussões (HARDING, 1993).

Tendo apresentado esse breve panorama acerca das categorias que têm sido utilizadas nos estudos e movimentos feministas, procuraremos agora articulá-las com os estudos voltados aos interiores domésticos. Para tanto, recorreremos à Vânia Carneiro de Carvalho (2003), que traçou relevantes considerações a partir de um levantamento bibliográfico de obras que abordam a questão de gênero na perspectiva da cultura material.

De acordo com Carvalho (2003), o espaço doméstico se tornou interesse de pesquisa entre os anos 1960 e 1980⁵. Segundo Pedro (2005), nesse período se desenrolava a chamada “segunda onda” do feminismo, momento em que o jargão “o privado é político” se estabeleceu. Com isso, as feministas queriam afirmar que “as relações que se estabelecem na intimidade dos lares eram relações de poder e deveriam ser levadas para o espaço público para serem legisladas” (PEDRO, 2005, p. 95). Dentre as questões destacadas nesse âmbito, podemos citar, por exemplo, a contracepção, o aborto e a violência doméstica.

Sob essa perspectiva, o espaço doméstico foi, não raro, tomado como lugar de opressão da “mulher”, e sua constituição foi entendida a partir de fatores políticos e econômicos, bem como por meio de abordagens críticas à visão “machista” na construção do “culto à domesticidade” (CARVALHO, 2003, p. 309). Além disso, buscou-se o abandono de imagens tradicionalmente vinculadas à “mulher”, como os estereótipos da dona-de-casa, mãe e “complemento” do marido.

Esta postura crítica teve continuidade com o desenvolvimento de novas leituras das fontes tradicionais da história, bem como com a inclusão de novas fontes (tais como arquivos pessoais, periódicos, inventários e depoimentos), e com a valorização de

⁵Briganti e Mezei (2012) indicam que a importância do espaço doméstico como objeto de pesquisa está ligada com a “virada espacial” no Pensamento Crítico, ocorrida em meados do século XX. Essa mudança pode ser percebida nos trabalhos de Walter Benjamin, Martin Heidegger, Henri Lefebvre, Michel Foucault, Frederic Jameson e Jacques Derrida, por exemplo.

documentos produzidos por mulheres. Com isso, foi possível identificar fissuras e deslocamentos nos discursos normativos, revelando a diversidade de formas de ser mulher, inclusive no ambiente doméstico (CARVALHO, 2003). Notamos, assim, que as pesquisas sobre essa temática também se valeram (e se valem) das categorias “mulher” e “mulheres”, de acordo com a especificidade de seus enfoques.

Vale lembrar que essas discussões emergiram em um contexto de práticas hierarquizadas, nas quais as masculinas são mais valorizadas do que as femininas. Como argumenta Rago (1998), no imaginário ocidental, o mundo privado, associado ao feminino, é considerado menos importante do que esfera pública, tida como masculina.

Nesse contexto, as pesquisadoras e os pesquisadores que se debruçam sobre os espaços domésticos têm se esforçado para evidenciar a sua relevância na constituição de categorias como identidade, segurança, familiaridade, corpo, entre outras, consideradas fundamentais para a vida social, psicológica e afetiva (CARVALHO, 2003).

Algumas autoras têm, inclusive, o enfoque na perspectiva de caracterizar o privado e o público como mutuamente constitutivos. Penny Sparke (2008) e Joanne Hollows (2008), por exemplo, revelam que a distinção entre essas esferas não tem limites tão claros, e que o estudo das práticas de constituição do espaço privado tem muito a revelar sobre os hábitos de consumo, os processos produtivos e o desenvolvimento tecnológico, por exemplo.

Dessa forma, como argumenta Carvalho (2003), o estudo das mudanças ocorridas nas moradias, tais como alterações de equipamentos de trabalho, fontes de energia, infraestrutura sanitária, alocação e arranjo de mobiliário, pode contribuir para a compreensão da construção material de noções de trabalho, tecnologia, conforto, higiene, status, funcionalidade, individualidade, entre outras.

Assim, ao longo das últimas décadas, diversos estudos têm sido conduzidos acerca da formação da família e do espaço doméstico, ainda que nem sempre essas pesquisas enfatizem a questão de gênero. De forma geral, são pesquisas que “informam o contexto material onde a categoria gênero é construída” (CARVALHO, 2003, p. 318) sem, no entanto, aproximarem de forma consistente o uso dos artefatos com as práticas sexuais.

Seguindo a opinião de Carvalho (2003), acreditamos que estudos específicos de cultura material sob a ótica da questão de gênero, são fundamentais para o entendimento das relações entre mulheres e homens, bem como das categorias “masculino” e

“feminino”. Dessa forma, partimos do princípio de que a análise do design de interiores - que abarca questões de estilo, configuração e arranjo de artefatos no espaço – pode fornecer explicações importantes sobre os modos de vida de homens e mulheres.

Metodologicamente, esse tipo de estudo implica na “descrição funcional, morfológica e formal” (CARVALHO, 2003, p. 305) dos artefatos e arranjos no contexto dos ambientes domésticos. Demanda ainda a construção de relações entre esses elementos, o levantamento de experiências com artefatos e espaços semelhantes, e a inter-relação das configurações domésticas com outros textos, como publicidades, periódicos, programas de televisão, catálogos, etc. Com relação a esses meios de comunicação, salientamos que sua análise permite discutir a constituição das normas, a idealização de “lar” e o projeto das habitações, entre outros aspectos.

Com isso, enfatizamos a necessidade de entendermos os interiores domésticos em sua intertextualidade, ou seja, “dentro de um conjunto amplo de enunciados que dão sentido, valor, induzem e instrumentalizam as práticas” (CARVALHO, 2003, p. 306).

Como sugere Carvalho (2003), é necessário cuidado e atenção nesse tipo de pesquisa, para que não se perca de vista que os espaços domésticos são construções sociais que se dão em contextos históricos específicos. Deve-se evitar, portanto, dissociar as materialidades das práticas sociais, fetichizando-as ou, por outro lado, tomando as primeiras (materialidades) como simples reflexos das segundas (práticas sociais). Reforçamos, portanto, a necessidade de considerar que o espaço doméstico é socialmente constituído e que, de uma forma mútua e indissociável, ele produz as práticas que o produziram.

Considerando o estudo do design de interiores domésticos, acreditamos, portanto, que a categoria mais adequada para dar suporte às análises é a de gênero. Isso devido à sua ênfase relacional, que permite pensar de forma mais ampla as relações sociais ainda muito pautadas pelo binômio masculino/feminino. É comum, em eventos, revistas e programas de televisão voltados ao design de interiores, designar os ambientes como “masculinos”, “femininos”, “do menino”, “da menina”, etc. Além da denominação, é possível perceber diferenças na configuração desses ambientes, geralmente de acordo com os estereótipos relacionados às identidades de gênero. Esses espaços, ao serem marcados pelo gênero, revelam aspectos importantes da construção das diferenças percebidas entre homens e mulheres, por meio da cultura material.

Assim, gostaríamos de argumentar que a análise de interiores domésticos sob a

perspectiva de gênero pode contribuir para a desnaturalizar a oposição binária entre “feminino” e “masculino”. Salientamos que o conceito de gênero que sugerimos utilizar é aquele que se aproxima das teorias pós-estruturalistas, pois, ao desconstruir o binômio sexo/gênero, permite entender as diferenças entre homens e mulheres como constructos sociais.

Em intersecção com as teorias da cultura material, sugerimos que nos ambientes domésticos encontram-se materializados modelos de feminilidades e masculinidades, valores e crenças que são capazes de produzir, reproduzir ou contestar diferenças de gênero (SANTOS, 2010).

Notamos que, apesar de defendermos uma abordagem relacional, que desconstrua os binarismos, segue sendo necessário utilizar termos como “masculino”, “feminino”, “homem” e “mulher”. Como indica Harding (1993), a despeito de serem termos limitados e em vias de superação, é preciso reconhecer que as dicotomias ainda estruturam a política pública, as práticas sociais, a organização das áreas de conhecimento e, em última instância, a forma com que vemos o mundo. Assim, até que consigamos transformar nossas práticas e consciências, “somos forçadas a pensar e a existir no interior da própria dicotomização que criticamos” (HARDING, 1993, p.26).

Ao mesmo tempo, optamos por seguir Scott (1995), que considera que só é possível estudar os processos de mudança nas relações de gênero conforme o excerto abaixo:

[...] se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

Alinhamo-nos ainda ao caminho indicado por Waleska Wallerstein (2004), que sugere que tenhamos por objetivo mostrar

[...] que o mundo humano, sendo em grande parte construído pelos próprios homens e mulheres, é multifacetado, plural, múltiplo. Conhecer o mundo é emergir nas diferentes diferenças e a partir delas perceber o mundo não mais como unidade de sentido, mas como produzido por múltiplas matrizes de entendimento. Conhecer, desde este ponto de vista, não é mais encontrar a representação adequada, mas multiplicar olhares. E essa multiplicação de olhares é politizada (WALLERSTEIN, 2004).

Em suma, acreditamos que o entendimento dos ambientes domésticos como

constitutivos “de um campo operatório onde a vida efetivamente acontece, e com ela a atribuição de gênero” (CARVALHO, 2003, p. 318), pode nos permitir compreender os processos culturais de naturalização das diferenças entre homens e mulheres. Geralmente é possível perceber as diferenças na configuração desses ambientes, de acordo com os estereótipos relacionados às identidades de gênero como o uso nos móveis da cor rosa como inerente ao gênero feminino e o azul para meninos. Esses espaços, ao serem marcados pelo gênero, revelam aspectos importantes da construção das diferenças percebidas entre homens e mulheres, por meio da cultura material.

Assim, a análise de interiores domésticos sob a perspectiva de gênero pode contribuir para a desnaturalizar a oposição binária entre “feminino” e “masculino” e por isso nos aproximamos das teorias pós-estruturalistas, pois, ao desconstruir o binômio sexo/gênero, é possível entender as diferenças como construtoras de desigualdades entre homens e mulheres.

Também se reverbera que a intersecção de gênero com as teorias da cultura material, em ambientes domésticos revela a materialização de modelos de feminilidades e masculinidades hegemônicas cujos valores e crenças produzem, reproduzem diferenças de gênero. Ao contemplar as fissuras e deslocamentos nos discursos normativos sobre “feminilidade” e “masculinidade” no design de interiores é possível indicar a possibilidade de caminhos mais plurais, que promovam valores e práticas orientados pelo respeito à diversidade cultural e de identificações e produtoras da igualdade entre os gêneros.

Fonte das imagens

1. <http://estudiocc.com.br/projetos/quarto-do-menino/>
2. <http://euacheiprimeiro.com/wp-content/uploads/2012/08/Desing-de-interiores-meninas.jpg>
3. <http://www.robentaribeirointeriores.com.br/design-interiores-apto-batel/>

Referências Bibliográficas

ATTFIELD, Judy. *Wild Things: The Material Culture of Everyday Life*. Oxford: Berg, 2000.

BRIGANTI, Chiara; MEZEI, Kathy (Eds.). *The domestic space reader*. Toronto:

University of Toronto Press, 2012.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 8/9. p. 293-324 (2000-2001). Editado em 2003.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. “Entrevista com Joan Wallach Scott”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 6, n. 1/1998. p. 114-125.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e Realidade*, 22 (2), jul./dez. 1997, Porto Alegre, p. 15-46.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, 1º semestre, 1993. p. 7-31.

HOLLOWS, Joanne. *Domestic Cultures*. Berkshire: Open University Press, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Proposições*, v.19, n. 2 (56), maio-ago 2008.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: *Estudos Feministas*, ano 8, n. 2, 2000. p. 5-19.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, 2005. p. 77-98.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino Feminino Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O design pop no Brasil dos anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista Casa & Jardim*. 2010. Tese (doutorado)- Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n.2, jul-dez, 1995.

SPARKE, Penny. *The Modern Interior*. London: Reaktion Books, 2008.

WALLERSTEIN, Waleska. Feminismo como pensamento da diferença. *Labrys*, n. 5, jan-jul 2004.

